

Benedito Silva Neto  
Angélica de Oliveira

*Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação  
dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul*

## **Introdução**

O processo de urbanização que leva à formação de novos municípios pressupõe uma diversificação das economias locais, a qual ocorre, geralmente, a partir da atividade agropecuária. No entanto, vários autores indicam a existência de uma baixa correlação entre o aumento da produtividade na agricultura e o surgimento de atividades não-agrícolas, a ponto de alguns sustentarem que, a partir das últimas décadas, no Brasil, o desenvolvimento da agricultura pouco teve a ver com o desenvolvimento rural (SILVA, 2000).

---

Benedito Silva Neto é engenheiro agrônomo, professor do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI ([bsneto@unijui.edu.br](mailto:bsneto@unijui.edu.br)). Angélica de Oliveira é engenheira agrônoma, técnica de pesquisa do Departamento de Estudos Agrários da UNIJUI ([angelica.oliveira@unijui.edu.br](mailto:angelica.oliveira@unijui.edu.br)).

Neste trabalho, elaborado a partir de uma síntese de um estudo realizado por Silva Neto e Frantz (2005), buscou-se explorar a hipótese de que a distribuição geográfica dos municípios no Rio Grande do Sul reflete, em grande parte, a história do seu desenvolvimento rural, tendo o tipo de atividade agropecuária em cada uma das suas regiões desempenhado um papel de fundamental importância neste processo. Nesse sentido explica-se a maior densidade de aglomerações urbanas nas regiões de agricultura familiar do Estado, o que indica que o desenvolvimento rural está diretamente relacionado com a agricultura, mas que esta relação depende do tipo de agricultura. Após uma síntese do povoamento e da formação histórica do Rio Grande do Sul, as principais evidências reunidas neste artigo para corroborar nossa hipótese são discutidas em uma revisão da literatura sobre a relação entre as atividades agropecuárias e o processo de urbanização do Estado, ilustrada por mapas da sua malha urbana originalmente elaborados pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Além disso, são discutidos também alguns dados relativos à dinâmica demográfica das diferentes regiões do Estado.

### **O povoamento e a formação histórica do Rio Grande do Sul**

A ocupação do atual território do Estado do Rio Grande do Sul pelos europeus e seus descendentes tem início em 1604 com a fundação das reduções jesuíticas ao sul de Laguna (no atual Estado de Santa Catarina) e a leste do Rio Uruguai, assim como com as incursões de bandeirantes paulistas para a captura de indígenas (JAEGER, 1943). Foi a multiplicação do gado introduzido pelos jesuítas que tornou o território do atual Rio Grande do Sul um espaço de interesse econômico. Para a Coroa Portuguesa, esse novo cenário de inserção econômica da região apontava para a viabilidade de sua ocupação efetiva. Decorre daí a política de distribuição de sesmarias (em torno de 13 mil hectares) a partir de 1732, como forma de assegurar a ocupação efetiva do território. Esta

decisão, que assegurou a posse da terra e do gado, está na origem das estâncias, grandes estabelecimentos dedicados à pecuária extensiva por meio de mão-de-obra assalariada (PESAVENTO, 1984).

No entanto, as estâncias ocupavam apenas as terras de campo, deixando as regiões cobertas por florestas inexploradas. Embora anteriormente ocupadas de forma bastante precária por populações indígenas e mestiças (caboclos), as quais raramente tinham acesso à propriedade da terra, apenas a partir do início do século XIX tais regiões passaram a ser ocupadas sistematicamente, dando origem à maior parte dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969). Tal ocupação, baseada na promoção pelo Estado da vinda de imigrantes da Europa (não-ibérica), pode ser dividida em três períodos. O primeiro corresponde aos anos de 1824 a 1890, época em que se implantaram as chamadas “Colônias Velhas” num raio de 200 km ao redor de Porto Alegre. O segundo período tem início em 1890 com a instalação das “Colônias Novas” a partir da fundação da Colônia de Ijuí no noroeste do Estado e se estende até 1920, quando o governo do Rio Grande do Sul suspende sua política de colonização por falta de recursos para financiar a infra-estrutura necessária. O terceiro período, a partir de 1920, tem o predomínio da colonização privada, incorporando à agricultura as últimas áreas remanescentes de florestas na região do Alto Uruguai.

A difusão de insumos e equipamentos de origem industrial na agricultura do Rio Grande do Sul, além de provocar uma rápida, embora desigual, acumulação de capital em uma parte dos agricultores familiares, provocou também o surgimento de novas categorias sociais no meio rural. Os produtores de arroz, contratando mão-de-obra assalariada e arrendando terras das estâncias desde o início do século XX, desempenharam um papel pioneiro neste processo (BESKOW, 1986). E a partir dos anos 1950, com o estímulo à produção de trigo pelo governo federal, surgem os “granjeiros”, isto é, agricultores “patronais” que, como os produtores de arroz,

em geral utilizam sua força de trabalho familiar, mas tem no trabalho assalariado um fator de produção imprescindível (FRANTZ, 1987). Porém, a consolidação desta categoria de agricultores só ocorreu após a rápida expansão da cultura da soja, a partir de 1973 (FRANTZ, 1980).

### **A urbanização do Rio Grande do Sul como resultado da dinâmica de desenvolvimento agropecuário**

La Salvia e Marodin (1976) dividem o Estado em três regiões, tendo como critério as distintas características observadas em suas dinâmicas de desmembramento associadas às características geofísicas e produtivas predominantes, como se pode observar na descrição que segue: "*Região 1*: compreende a zona dos campos de pastagens de povoamento mais antigo com atividade pastoril dominante e com baixa densidade demográfica. A criação de municípios, nesta região, foi realizada de modo lento e com o correr do tempo tendeu a uma estabilização, havendo municípios (19) que mantiveram sua área inalterada de 1884 a 1965. Esta região é caracterizada por um (relativamente) pequeno número de municípios possuidores de grandes áreas territoriais, ocupando 146.600 km<sup>2</sup>, mais da metade da superfície do Estado. *Região 2*: compreende a zona mista de campo e mata com atividade pastoril predominando sobre a área agrícola. O desmembramento municipal nesta região deu origem a um acentuado número de municípios na região 3 e a um reduzido número de municípios em si própria. Estes possuem grandes áreas territoriais, ocupando apenas 29.966 km<sup>2</sup> da área total do Estado. *Região 3*: compreende a zona da mata original, de ocupação mais recente, com atividade agrícola dominante e alta densidade demográfica. A criação de municípios foi realizada de modo acelerado, ocorrendo uma violenta municipalização entre 1954 e 1965. Esta região é caracterizada por um grande número de municípios possuidores de pequenas áreas territoriais, ocupando 89.371 km<sup>2</sup>, apenas um terço da superfície do Estado" (*op. cit.*: 4-7).

Após esta data os desmembramentos se intensificaram, mas as características regionais, em função dos desmembramentos municipais, não se alteraram significativamente.

O processo de divisão político-administrativa do Estado tem início em 1809. Os primeiros municípios do Rio Grande do Sul foram criados com o estabelecimento das vilas de Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha pela Real Resolução de 27 de abril de 1809, fazendo parte da então Capitania de São Pedro. Logo a seguir a capitania foi transformada em província com o nome de São Pedro do Rio Grande do Sul, iniciando-se o lento processo de desdobramento municipal que, em menos de dois séculos, resultaria nos cerca de 500 municípios de hoje.

O processo de criação de novos municípios ao longo da história do Rio Grande do Sul não foi homogêneo, sendo condicionado fundamentalmente pela intensidade diferenciada do povoamento do território gaúcho pelos portugueses, num primeiro momento, e pelos europeus não-ibéricos, a seguir. A história da urbanização do Estado é, pois, a história destes grupos, uma vez que os primitivos habitantes indígenas foram desalojados e em sua maioria dizimados já na fase anterior à implantação das primeiras vilas (1680-1809).<sup>1</sup> O processo de povoamento, por sua vez, foi condicionado pelas características socioeconômicas e históricas da apropriação do território. Assim foram inicialmente povoadas as áreas de campo pelos luso-brasileiros que se dedicaram preponderantemente à pecuária. O sistema de produção pastoril extensivo, implantado no Estado desde os seus primórdios, exigia extensas áreas de terra por estância e favorecia a manutenção de uma baixa densidade populacional. Conseqüentemente, ele não promovia o surgimento de núcleos populacionais em grande número. Referindo-se a este sistema pastoril extensivo, os mesmos autores enfatizam que: “Esta atividade não forçava a criação de muitos núcleos populacionais, mas demandava grandes áreas para se expandir. (...) A criação de municípios fazia-se então nas regiões de campos de pastagens ori-

ginando um pequeno número de municípios com grandes áreas territoriais. A evolução municipal era lenta, porquanto os municípios criados tinham uma densidade demográfica rural muito baixa (inferior a 5 hab/km<sup>2</sup>) e quase não se subdividiam administrativamente (criação de distritos), não possuindo assim muitos núcleos populacionais (LA SALVIA E MARODIN, 1976: 3)''.



Mapa 1 - Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1832.

Fonte: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, s/d.

Os primeiros municípios surgem simultaneamente com o desenvolvimento das charqueadas. Estas tiveram o mérito de consolidar as estâncias e aumentar a renda do setor pastoril, permitindo uma dinâmica urbana, inicialmente reduzida a algumas poucas

idades, dentre as quais se destacam Rio Grande, Alegrete, Cachoeira do Sul, Pelotas e Bagé, com nítida predominância dos municípios na metade Sul do Estado, como pode ser observado no Mapa 1, relativo ao ano de 1832.

A expansão da indústria do charque só não foi contínua até 1860 em virtude da Revolução Farroupilha, que a prejudicou temporariamente entre 1835 e 1845. A sua dinâmica econômica, no entanto, permitiu o surgimento de novos municípios de tal maneira que, em 1846, logo após essa revolução, as unidades político-administrativas do Estado eram 19,<sup>2</sup> em sua maioria absoluta, concentradas na metade Sul.

Entre 1841 e 1860, durante o auge do desenvolvimento das charqueadas, foram criados mais sete municípios, dentre os quais apenas o de São Leopoldo deve sua formação, em 1846, à economia dos colonos alemães. A apropriação concentrada da terra e da renda termina por ocasionar uma fraca dinamização econômica aos novos centros urbanos dadas as características concentracionistas do sistema agrário em que se alicerçam.

No final do século XIX o charque perdia rapidamente a posição de principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, pois “passava a concorrer com a ascensão de outros produtos agrícolas, principalmente aqueles oriundos da Região Norte Colonial do Estado” (ROCHA, 1998: 50). Apesar da introdução de frigoríficos no início do século XX, a região Sul nunca mais conseguiu apresentar um ritmo de crescimento que lhe permitisse fazer face à dinâmica das regiões de predomínio da produção agrícola baseada no trabalho familiar. Pesavento (1983: 69), ao estudar a indústria da banha no Rio Grande do Sul, observa que o “complexo econômico colonial tinha maior poder de acumulação do que o setor agropecuário tradicional”, sendo uma das razões o fato desse complexo permitir um “maior desenvolvimento técnico capaz de transformar a unidade de produção manufatureira em fábrica, forma histórica capitalista plenamente configurada.”<sup>3</sup> Assim, não é de

surpreender que, na região de predomínio da pecuária, não surtiram mais que seis municípios novos ao longo de toda a primeira metade do século XX.

A partir de 1873, com a criação do município de Montenegro, ocorrem lentamente as emancipações na região das Colônias Velhas, conforme pode ser observado no Mapa 2, chegando-se ao limiar do século XX com 14 municípios nesta região, conforme mostrado no Mapa 3.



Mapa 2 - Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1874.

Fonte: IGRA, s/d.



Mapa 3 - Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1900.

Fonte: IGRA, s/d.



A partir dessa época, além de terem sido criados novos municípios nas Colônias Velhas, inicia-se também o processo de ocupação nas Colônias Novas, de tal modo que, em 1944, já existiam 35 municípios nas regiões de agricultura familiar. Mas é a partir da segunda metade do século XX que as emancipações nas regiões coloniais passam por um extraordinário incremento, com a criação de 140 novos municípios entre 1954 e 1965, conforme pode ser observado nos Mapas 4 e 5. Note-se que neste período de crescente formação de núcleos urbanos nas regiões coloniais (1944-1965) nenhum novo município foi criado nas regiões de agropecuária tradicional da metade Sul.



Mapa 4 - Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1954.

Fonte: IGRA, s/d.

Esse processo é a expressão da dinâmica econômica, social e política da colonização das áreas de floresta do Estado. À medida que a ocupação das matas avançava pelo interior do Estado, ela era acompanhada, gradativa e rapidamente, pelo surgimento de povoados e pela posterior formação de novos municípios. Segundo La Salvia e Marodin (1976: 3), “as colônias iam sendo criadas e os imigrantes tinham na agricultura sua atividade econômica principal. Esta atividade forçava a criação de muitos núcleos populacionais, onde os colonos faziam o intercâmbio comercial de seus produtos agrícolas”.

Mapa 5 - Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1965.

Fonte: IGRA, s/d.



Percebe-se que a atividade produtiva dos agricultores familiares “forçava a criação de muitos núcleos populacionais” em consequência de sua dinamização populacional e econômica. Isso dava origem a uma maior divisão do trabalho por meio da multiplicação de serviços sociais e culturais, pela crescente demanda de atividades comerciais e de manufatura, de transporte etc. Todas essas atividades eram remuneradas a partir do valor agregado gerado por agricultores em seus diversificados sistemas produtivos. O sistema de produção predominante entre os colonos de origem alemã baseava-se na produção de milho e na suinocultura, tendo a banha como produto principal, destinado tanto ao mercado inter-

no quanto à exportação. Entre os colonos de origem italiana, além da suinocultura, a produção de uva teve papel importante, o que permitiu o desenvolvimento da indústria vinícola em certas regiões. No entanto, segundo Pesavento (1983: 75), a intermediação comercial prejudicava o agricultor, pelo fato de isolá-lo dos estímulos do mercado, à medida que o comerciante assumia “uma função oligopólica/oligopsônica, controlando a venda dos artigos não-coloniais e a compra dos produtos da região” (idem: 83). Assim, reduzia-se o desenvolvimento do potencial pleno da agricultura familiar. Estes obstáculos foram parcialmente superados por meio do movimento cooperativista, a partir dos anos 1911-12 (ibidem).

A dinâmica expansiva da agricultura colonial, como já referido, ocorreu em dois momentos distintos, os quais influenciaram o processo de desmembramento dos municípios.

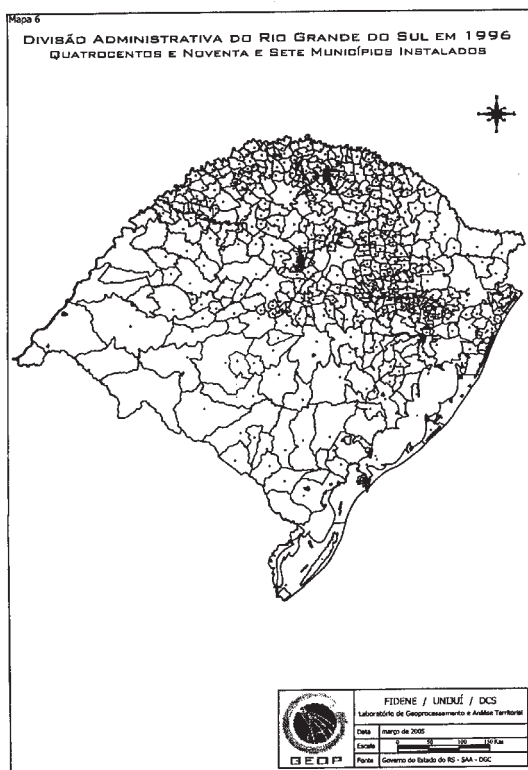
O primeiro momento refere-se ao povoamento das “colônias velhas” a partir de 1824. Nesta fase a emergência de municípios veio com a multiplicação de colônias que iam tomando corpo administrativo e originando os municípios, cujos distritos se transformavam, a seguir, em novos municípios. Este ritmo de evolução dava-se, assim, de forma bastante acelerada, uma vez que os municípios “apresentavam uma densidade demográfica rural muito alta (superior a 50 hab/km<sup>2</sup>) e possuíam um grande número de distritos” (LA SALVIA e MARODIN, 1976: 4).

O segundo momento corresponde à época da ocupação das chamadas “colônias novas”. Isso ocorreu muito mais tarde, a partir de 1890, com a criação da Colônia Ijuhy em área pertencente ao município de Cruz Alta, que já existia desde 1834. O processo de surgimento e multiplicação de municípios nas “colônias novas” assemelha-se ao das colônias velhas.

Até 1954, apesar das divisões recém-descritas, de uma maneira geral os municípios apresentavam expressiva área territorial e eram subdivididos em muitos distritos. Desde então “se observou um

efetivo processo de municipalização com a criação de inúmeros municípios” (idem: 4), com extraordinária aceleração de desmembramentos, resultando na atual divisão territorial bastante heterogênea, como se pode ver no Mapa 6, relativo à divisão administrativa do Estado em 1996.

Como se observa, a velocidade dos desmembramentos ao longo do século XX sempre foi muito maior nas regiões de colonização com predomínio da agricultura familiar do que nas regiões de campo. Isso decorria da superioridade econômica dos produtores familiares, a qual se explica, em boa medida, pela sua capacidade de gerar a riqueza necessária à efetivação de uma dinâmica econômica mais abrangente e diversificada.



Mapa 6 – Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1996.

O grau de divisão territorial para efeitos administrativos parecer ter chegado ao seu limite, apesar de ainda haver demandas para que se criem novos municípios em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado. Estas demandas continuam sendo maiores nas regiões de agricultura familiar, o que reitera a sua potencialidade de seguir originando núcleos populacionais geradores de bens e serviços. É verdade que, nos últimos anos, a renda oriunda das aposentadorias tem contribuído para consolidar alguns pequenos núcleos. É preciso perceber, no entanto, que a permanência dessa renda no território rural favorece o surgimento de uma série de novos serviços e demandas à própria agricultura. De qualquer modo, o Estado possui hoje uma rede muito grande de pequenas e médias cidades que, mais do que um problema, pode representar uma extraordinária riqueza capaz de assegurar um processo de desenvolvimento territorial descentralizado, com um alto potencial de geração de riquezas, desde que uma política de desenvolvimento rural adequada seja levada a efeito. A implantação de políticas públicas, de caráter econômico ou social, que promovam condições para a manutenção da população rural destas regiões, seria altamente desejável, por ser de baixo custo relativo e de alto alcance social e econômico.

A alta densidade demográfica que acompanhou o processo de ocupação das terras de mato pelas famílias dos agricultores representou um fator decisivamente influente na dinâmica do desenvolvimento rural. A grande disponibilidade de mão-de-obra na agricultura familiar permitiu instituir processos competitivos em áreas relativamente pequenas e com reduzida escala de produção, uma vez que o custo de oportunidade dessa mão-de-obra é baixo. Mesmo assim favoreceu a introdução de tecnologias relacionadas à genética e à fisiologia vegetal, as quais, além de serem altamente divisíveis, possibilitam elevar o rendimento da terra. Foi possível assim desenvolver a agricultura familiar gerando um valor agregado relativamente elevado ao longo do processo de colonização das terras de mato no Rio Grande do Sul. Mais recentemente, em

especial durante as décadas de 1970 e 1990, em razão da idéia que se tinha da agricultura familiar como incapaz de produzir competitivamente, passou-se a dar prioridade à agricultura patronal em detrimento dos agricultores familiares. Felizmente vêm surgindo movimentos importantes, tanto entre os intelectuais quanto entre os responsáveis governamentais em âmbito federal e estadual, pressionando para se mudar essa compreensão.

Percebe-se, cada vez mais, que não são necessários: “investimentos vultosos em terras e equipamentos poupadores de mão-de-obra para tornar competitivos os setores de produtores familiares com baixo nível de capitalização. Em outras palavras, com técnicas modernas, mas relativamente mais intensivas no uso do fator abundante (o trabalho), o agricultor familiar é capaz de gerar uma renda líquida superior ao custo de oportunidade de seu trabalho. (...) Técnica e economicamente é possível, portanto, inseri-los em um processo de acumulação baseado na elevação da produtividade, que aumente aos poucos o custo de oportunidade do trabalho, dilua no tempo o processo de migração e capacite os membros das famílias de agricultores para enfrentar o mercado de trabalho urbano ou rural não-agrícola como homens livres, e não como refugiados sem opção” (GUANZIROLI, 2001: 18-19).

No caso específico do Rio Grande do Sul, é possível explicar em grande medida o sucesso da agricultura familiar no Estado em razão dos aspectos já apontados. Tivesse havido, no entanto, uma constante política de fomento dos pequenos agricultores ao longo do tempo, certamente a produção e a distribuição mais equitativa do valor agregado teriam sido muito maiores. O seu impacto teria reduzido, em grandes proporções, os problemas sociais com os quais se debatem os centros urbanos que acolheram nos últimos anos os excedentes populacionais advindos do meio rural. A riqueza gerada teria permanecido, em boa parte, nas regiões próximas fixadas na diversificação de atividades industriais e de serviço, as quais, por sua vez, poderiam ter absorvido uma parte expressivamente maior do excedente populacional agrícola.

Mapa 7 – Regionalização do Estado do Rio Grande do Sul segundo seus sistemas agrários. Fonte: Silva Neto e Frantz, 2005.

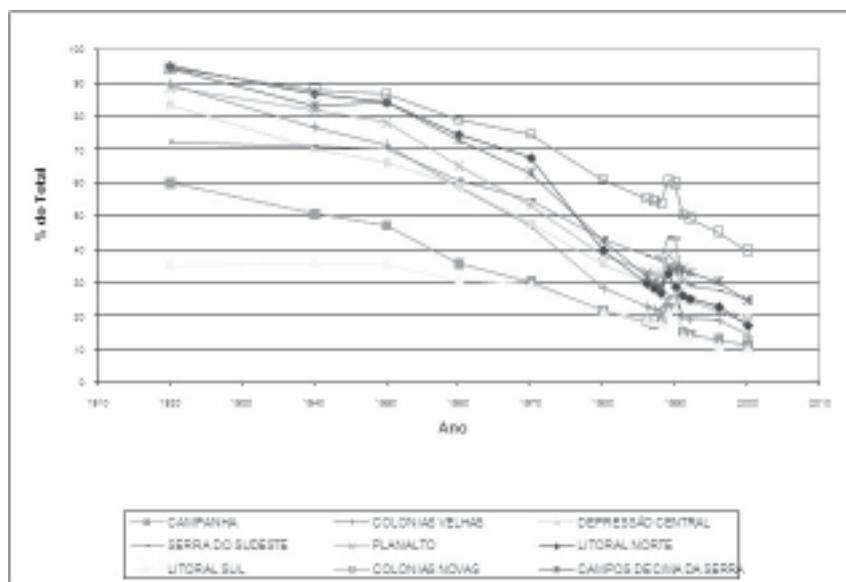


Silva Neto e Frantz (2005), propondo uma regionalização do Estado conforme o tipo predominante de agricultura (sistemas agrários), concluem que a agricultura familiar concentra-se principalmente nas regiões das Colônias Velhas, Colônias Novas e Litoral Norte (ver Mapa 7). A análise da dinâmica demográfica das diferentes regiões do Estado desses autores indica que, não obstante a intensa urbanização ocorrida nas regiões de agricultura familiar, principalmente após 1950, sua população rural continuou eleva-



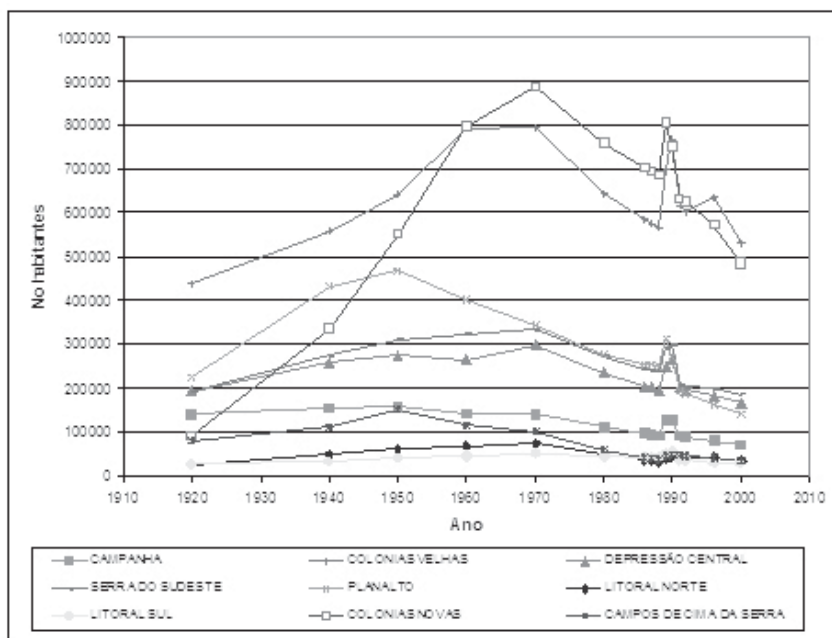
da, como se pode observar no gráfico 1. Os menores índices de população rural são observados na Campanha e no Litoral Sul. No Litoral Sul, a população rural sempre esteve abaixo dos 40% e a da Campanha, que em 1920 correspondia a 60%, já em 1940 apresentava pouco mais de 50%. Inicia-se, então, uma queda relativa acentuada para se chegar ao ano 2000 com apenas 10%, taxa igual à do Litoral Sul. Uma das quedas mais fortes no período verifica-se no Litoral Norte, região que em 1920 apresentava índices de população rural acima de 90%, idênticos aos dos Campos de Cima da Serra e das Colônias Novas. No entanto, a partir de 1970, a sua redução se acelera chegando em 2000 com uma população rural de menos de 20%. Em parte essa redução se explica pelo crescimento do turismo na região, atividade que atraiu população não-agrícola para as cidades litorâneas.

Gráfico 1: População rural dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul.  
Fonte: Silva Neto e Frantz, 2005.



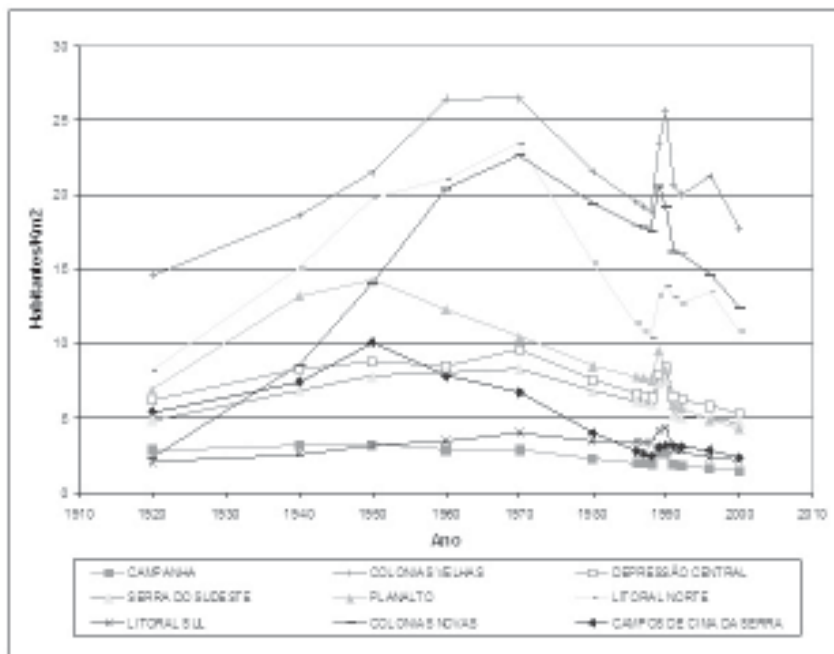
De qualquer modo, desde 1970 o meio rural gaúcho vem perdendo população em termos absolutos, em todas as regiões, como se pode observar pelo Gráfico 2.<sup>4</sup> Em algumas regiões, como as do Planalto, Campanha e Campos de Cima da Serra, a diminuição vem ocorrendo desde 1950. Naquele período, as Colônias Novas e as Colônias Velhas ainda apresentavam um movimento acentuado de crescimento absoluto, atingindo seu ápice apenas em 1970.

Gráfico 2. População rural dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul.



Fonte: Silva Neto e Frantz, 2005.

Gráfico 3. Densidade demográfica das zonas rurais dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul.



Fonte: Silva Neto e Frantz, 2005.

A partir de 1970, ocorre um acelerado processo de modernização com a introdução, também nas pequenas propriedades, de equipamentos motomecanizados e poupadores de trabalho, além da especialização, em algumas regiões, em torno de grãos, como a soja e o trigo. Percebe-se, no entanto, que até 1970 as regiões de agricultura familiar (Colônias Velhas e Novas, principalmente) conseguiam não só reter população, mas inclusive aumentá-la. Este aumento já não se dava mais pela incorporação de terras devolutas no Estado, uma vez que estas inexistiam desde a década de 1930. Entre 1950 e 1970, houve um acentuado processo de parcelamento das propriedades em decorrência da divisão por herança. Além disso, era muito comum entre agricultores a estratégia de mora-

rem na mesma propriedade os pais e um ou dois dos filhos casados. A modernização e a especialização da produção alteraram esses comportamentos.

Em relação à densidade populacional, pode-se observar que ela continua a se elevar nas regiões de agricultura familiar até 1970, acompanhando o crescimento populacional das zonas rurais (ver Gráfico 3). A região do Litoral Norte agora também aparece como uma região possuidora das maiores densidades populacionais na zona rural do Estado.

Assim, depreende-se que o processo de urbanização das regiões de agricultura familiar, pelo menos até 1970, não se deu apenas por meio de uma transferência de população do campo para as sedes municipais. Provavelmente, relaciona-se a um processo de diversificação das economias locais. Fica claro também que as regiões de agricultura familiar do Rio Grande do Sul foram capazes não apenas de sustentar intenso processo de urbanização, como visto anteriormente, mas também de manter população elevada em suas zonas rurais.

### **Considerações finais**

Assim, a história da urbanização do interior do Estado reflete, em boa medida, o seu processo de desenvolvimento rural. O exame da dinâmica histórica e espacial do parcelamento territorial do Estado, decorrente das emancipações municipais, também permite visualizar as distintas dinâmicas de geração de renda que ocorreram nas regiões de predomínio da pecuária extensiva, da agricultura patronal e da agricultura familiar. A presença de um maior número de famílias dos colonos, resultante de um acesso mais democrático à terra, também produziu uma dinâmica desconcentrada na distribuição da renda agrícola gerada, promovendo, em conseqüência, um processo mais intenso de urbanização e um maior parcelamento territorial para fins de delimitação da área municipal. Dessa forma, os mapas que ilustram a evolução

das emancipações municipais no Rio Grande do Sul permitem que se visualizem os processos diferenciados de desenvolvimento rural. O processo de concentração espacial dos municípios expressa claramente as dinâmicas diferenciadas das formas predominantes de agricultura do Estado.

Embora não se disponha de dados regionalizados mais detalhados, é provável que o fenômeno do crescimento da diversidade de ocupações seja ainda hoje maior nas regiões onde historicamente predominou a produção agrícola familiar. E isso pelo fato de o valor agregado gerado na agricultura dessas áreas ter originado, historicamente, uma dinâmica econômica e social local importante, originando processos de urbanização por multiplicação de pequenas empresas industriais e comerciais, organização e oferta de serviços de saúde, educação e cultura.

O capital social e privado gerado no Rio Grande do Sul a partir da agricultura familiar e expresso na dinâmica das cidades rurais viabiliza a oferta de trabalho para pessoas que continuam vivendo no espaço rural próximo. É possível que parte desses trabalhadores se envolva, algumas vezes, com ocupações precárias porque as características técnicas da produção rural ainda não permitem a absorção da totalidade de seu tempo. Mas a sua permanência no meio rural também mostra a baixa capacidade da economia nacional em incorporar esses trabalhadores em atividades industriais, comerciais e de serviço em virtude das mudanças ocorridas no processo global de industrialização em anos recentes.<sup>5</sup> Assim, mais uma vez, é a dinâmica da economia local baseada na agricultura que, embora fragilizada, promove a renda necessária para manter essas pessoas ocupadas.

Contrariamente ao que se poderia pensar, a agricultura familiar não só não tem sido um entrave ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, como tem desempenhado um papel importante na sua dinamização. E sempre que parece mergulhar em crise de reprodução pela descapitalização, esgotamento dos solos e queda na

produtividade, ela se reorganiza ou volta a produzir em novos patamares técnicos, continuando a gerar renda para o conjunto da economia gaúcha. É certo também que, ao longo da história dos sistemas produtivos familiares no Rio Grande do Sul, milhares de filhos de colonos migraram para a fronteira agrícola ou deslocaram-se para as cidades, e outros tantos perderam suas terras. Esses problemas expressam a dificuldade que boa parte das unidades familiares enfrenta em gerar renda suficiente para assegurar o “patamar de renovação”. Esta dificuldade pode resultar tanto da insuficiente disponibilidade de terra e/ou capital para a prática de determinado sistema de produção mais intensivo no uso da terra, quanto das características das relações estabelecidas com o comércio e a indústria. Seja como for, em nenhum momento esteve em questão a capacidade que esta forma produtiva tem de gerar riqueza e trabalho para milhares de pessoas, estejam elas diretamente ligadas à produção agrícola, ou indiretamente envolvidas em atividades apenas vinculadas ao mundo rural da economia dos colonos. Pode-se assim afirmar, com Matos e outros (1998: 11), que o crescimento relativo da economia rural não-agrícola “não pode ser interpretado apenas como uma substituição das ocupações decorrentes do fracasso da agricultura familiar no espaço rural, mas como o resultado da diversificação econômica estimulada pela dinamização das atividades agrícolas”.

Uma das tendências importantes do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos e que assinala a importância da agricultura para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro “(...) é o crescimento das cidades médias e a interiorização do desenvolvimento” (idem: 9). Embora se observe uma tendência de novos investimentos industriais que buscam as cidades médias do interior, para aí realizar seus investimentos com efeitos variados sobre o meio rural circundante, deseja-se aqui sublinhar o fenômeno da urbanização gaúcha resultante do desenvolvimento da atividade agropastoril. Observa-se que nas regiões de agricultura familiar tal processo foi muito mais intenso do que nas regiões de pecuária

patronal. Assim sendo, as atuais tendências gerais, no que diz respeito à “interiorização” do desenvolvimento, poderão atingir e beneficiar cidades e seu entorno rural, ampliando as oportunidades de produção e de trabalho da população rural. Mais importante do que isso, no entanto, é constatar a capacidade que a agricultura familiar implantada no Rio Grande do Sul teve para produzir uma extraordinária rede de cidades a partir de sua própria e endógena energia produtiva e mostrar o quanto seria importante desenvolver políticas capazes de manter, ou mesmo ampliar, a dinamização de economias locais baseadas na produção agropecuária familiar. Os promotores das políticas históricas de apoio à colonização a base da propriedade familiar talvez não tivessem tido presente que esta teria um impacto tão importante na história econômica do Rio Grande do Sul.

### **Referências bibliográficas**

- BESKOW, P. R. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo-Brasília: Hucitec-CNPq, 1986.
- CASTRO, A. C. e outros. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília: Binagri, 1979.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 2º. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- FRANTZ, T.R. *As granjas de trigo e soja*. Gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no Planalto do Rio Grande do Sul. Paris: Universidade de Paris X, 1980. (Tese de Doutorado, inédito).
- GUANZIROLI, C. et. al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- JAEGER, L. G. S. J. História da Introdução do gado no Rio Grande do Sul. Cristovão de Mendoza ou Manuel Gonçalves Ribeiro? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, II trimestre de 1943.
- KON, A. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, Ladislau (org.), *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna: Novas teo-*

- rias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LA SALVIA, F. e MARODIN, E. F. Evolução municipal: uma análise geográfica. In: *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano 21, janeiro a dezembro de 1976.
- LAURENTI, A. C. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”. In: ORNAs. *Ocupações rurais não-agrícolas: oficina de atualização temática*. Londrina: Iapar, 2000.
- MATOS, A. G. de et. al. *Diretrizes de política para o desenvolvimento rural*. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar como vetor estratégico do desenvolvimento rural. Brasília-Recife, Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, NEAD/IICA, 1998.
- MAZOYER, M. e ROUDART, L.; *História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- PESAVENTO, S. J. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- ROCHA, J. M., BECKER, D. F. *As raízes do declínio econômico da “metade sul” do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Redes, 2000.
- ROCHE, J.; *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora Globo, 2 vols., 1969.
- SILVA, J. G. da. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. In: ORNAs. *Ocupações rurais não-agrícolas: oficina de atualização temática*. Iapar, 2000.
- SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In SILVA NETO, B.; BASSO, D. *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e Recomendações de Políticas*. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 2005.

## **Notas**

<sup>1</sup> O processo de urbanização dos chamados Sete Povos das Missões foi intenso e extraordinariamente rico em sua diversidade industrial e de serviços. Dele, no entanto, pouco sobrou após a Guerra Guaranítica de 1750.

<sup>2</sup> Durante o conflito foram criados dois municípios, o de Bagé e o de Encruzilhada do Sul.

<sup>3</sup> Vê-se outro indicador da redução do peso relativo da economia pasto-



ril em relação à colonial no índice de participação da banha e do charque na pauta de exportações do Estado. Assim, em 1890, do valor total das exportações, o charque representava 30,3% e a banha 11,6%. Já em 1927, a participação do charque havia caído para 17,8%, enquanto a da banha tinha aumentado para 19,7% (PESAVENTO, 1983: 73).

<sup>4</sup> Os Gráficos 1, 2 e 3 apresentam informações discrepantes nos anos 1990 e 1991, contrariando a tendência observada em anos imediatamente precedentes e posteriores. Pode-se atribuir estas disfunções a questões de natureza metodológica.

<sup>5</sup> Por exemplo, mudança na industrialização mediante substituição, como fator produtivo dominante, das tecnologias intensivas em capital e energia por tecnologias intensivas em informação (COUTINHO e FERRAZ, 1994: 127). Neste cenário de mudanças e aceleração da globalização, a escolha da localização adequada para o investimento direto das empresas transnacionais está relacionada grandemente à disponibilidade de mão-de-obra qualificada para se ajustar aos novos requisitos de flexibilização do trabalho, à sofisticação no atendimento à demanda e à existência de uma infra-estrutura de serviços de apoio ao processo de manutenção das empresas (KON, 1997: 60).

SILVA NETO, Benedito; Angélica de Oliveira. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2008, vol. 16 no. 1, p.83-108. ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul*). No artigo procurou-se explorar a hipótese de que a distribuição geográfica dos municípios no Rio Grande do Sul reflete, em grande parte, a história do seu desenvolvimento rural. Para tanto, realiza-se uma revisão da literatura sobre a relação entre as atividades agropecuárias, o desenvolvimento rural e o processo de urbanização do Estado, ilustrada por mapas da sua malha urbana elaborados originalmente pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. As análises efetuadas indicam que o desenvolvimento rural do interior do Estado foi muito mais dinâmico nas regiões onde historicamente prevaleceu a agricultura familiar.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, sistemas agrários, municípios rurais.

**Abstract:** (*Family Farming, rural development and the formation of municipal districts in the Rio Grande do Sul State*). The article explores the hypothesis that the geographical distribution of the municipal districts in Rio Grande do Sul (Brazil) reflects the history of its rural development. A literature review is carried out to analyze the relationship between agricultural activities, rural development and urbanization in the State, illustrated by maps of its urban network elaborated originally by the Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. The analyses indicate that the rural development of the interior of the State was much more dynamic in the areas where historically family farming prevailed.

**Key words:** family farming, agrarian systems, rural municipal districts.